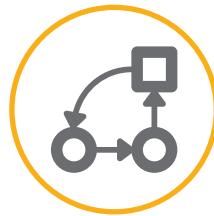


2017

Relatório de Gestão



COOPMIL

TRILHANDO



PATRIMÔNIO
R\$ 169 milhões

CARTEIRA DE CRÉDITO
R\$ 205 milhões



coopmil.coop.br

twitter.com/coopmil

o caminho do

sucesso



ATIVOS
R\$ 325 milhões

DEPÓSITOS
R\$ 142 milhões

SUMÁRIO

Cultura Organizacional	5
Governança	6
Mensagem do Presidente	7
Retrospectiva	8
Demonstrações Financeiras	14
Balanço Patrimonial	
Demonstração do Resultado	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Notas Explicativas	
Evolução Econômica e Social	34
Relatório dos Auditores Independentes	43
Parecer do Conselho Fiscal	44
Mensagem do Conselho Fiscal	45
Projetos Estratégicos para 2018	46



Missão

Promover o cooperativismo de crédito de forma sustentável.



Visão

Ser referência em cooperativismo de crédito, contribuindo para a qualidade de vida e equilíbrio financeiro de seus associados.



Valores

Ética, solidariedade, cooperação e sustentabilidade.



Princípios do Cooperativismo

- 1º - Adesão voluntária e livre
- 2º - Gestão democrática
- 3º - Participação econômica dos membros
- 4º - Autonomia e independência
- 5º - Educação, formação e informação
- 6º - Intercooperação
- 7º - Interesse pela comunidade



Diretoria Executiva

Gestão 2016 - 2019

Diretor Presidente

Cel PM Hudson Tabajara Camilli

Diretor de Negócios

Cel PM Wellington Luiz
Dorian Venezian

Diretor Financeiro

Cel PM Ernesto de Jesus Herrera

Diretor Administrativo

Cel PM Roberval Ferreira França

Diretor de Infraestrutura

Cel PM Edson de Oliveira Silva

Coordenador

Cap PM Sinvaldo Santos de Oliveira

Relator

Cap PM Euclides de
Oliveira Faria

Vogal

Cel PM Ailton Soares



Conselho Fiscal

Mandato 2017 - 2019



Delegados COOPMIL



O Relatório de Gestão é um documento de grande importância para todo cooperado, pois este é um demonstrativo do trabalho desenvolvido pela COOPMIL ao longo do ano. É uma oportunidade de traduzir, em números, o esforço e o resultado alcançado pelos colaboradores.

O ano de 2017 representou um grande desafio, tanto para a cooperativa quanto para diversos setores do país, inclusive o relacionado à Segurança Pública do Estado de São Paulo. No entanto, mesmo neste turbulento cenário, conseguimos nos manter firmes aos nossos propósitos e leais àqueles que depositaram a confiança em nossos produtos e serviços. Não repassamos, por exemplo, o impacto ocasionado pela instabilidade econômica aos associados. Basta analisar as taxas e juros aplicados, sempre entre os melhores.

Aprendemos muito também, o suficiente para fortalecer ainda mais nossa estrutura. Em 2017 lançamos a Portabilidade de Crédito e a Plataforma Digital de Negócios para oferecer uma série de vantagens exclusivas para os cooperados. Além disso, idealizamos o Feirão Troca de Dívidas para oferecer uma facilidade importante na hora de quitar as pendências, como reduzir a parcela de empréstimos e possibilitar a regularização do CPF nos Órgãos de Proteção ao Crédito (SPC e Serasa).

Ainda neste ano, comemoramos os 28 anos de COOPMIL, um marco importante para nossa história e motivo de orgulho para quem ajudou a construir esta sólida estrutura. Este esforço mútuo foi reconhecido quando a instituição ganhou o Prêmio Excelência de Gestão (MEG) entregue pelo Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). Uma bem-vinda comprovação de que estamos no caminho certo.

Cel PM Hudson Tabajara Camilli
Diretor Presidente da COOPMIL

Juntos somos mais fortes.
Boa leitura.

UM TRAJETO MARCADO POR MUITAS CONQUISTAS

Um passo de cada vez, com calma e segurança, firmes e dispostos.

Assim foi a trajetória da COOPMIL ao longo de 2017, um ano difícil para o país e para muitos setores da sociedade, inclusive para os profissionais de Segurança Pública do Estado de São Paulo. No entanto, mesmo este vento forte não abalou a estrutura bem fundamentada da cooperativa, que superou toda e qualquer adversidade.

Relembre os acontecimentos mais marcantes do último ano.



Janeiro

PLATAFORMA DIGITAL DE NEGÓCIOS



Facilidade, rapidez e segurança. Estes são os principais motivos para o desenvolvimento e implementação da Plataforma Digital de Negócios no site institucional. Por meio desta facilidade online, é possível acessar tanto serviços quanto produtos como: análise de crédito, investimentos, consulta de saldo de Capital Social, atualização cadastral, tudo isso e muito mais do conforto do lar e quando bem entender.

COOPMIL PROMOVE WORKSHOP COM PRESIDENTE DO BANCOOB

A COOPMIL contou com a presença do Diretor Presidente do Bancoob (Banco Cooperativo do Brasil) Marco Aurélio Borges de Almada Abreu para ministrar o Workshop “Cenário Econômico Concorrencial, Regulatório e Tecnológico”. A apresentação ocorreu na Sede, em 24 de janeiro, e teve como objetivo sociabilizar conhecimentos diversos dos negócios cooperativistas, como a visão estrutural da economia brasileira, análise do ambiente concorrencial entre as instituições financeiras e ainda os desafios diante das constantes inovações.



O evento contou com a participação da Diretoria Executiva, gerentes e colaboradores da COOPMIL; representantes da Sicoob Crediconsumo, Mondelez, Cooperemb, Cressem, Cecresp, Crediabc, Sicoob Credimogiana, Crediprodesp, Coopercredi-SP, Sicoob Crediacisc, Sicoob Crediacisa e Sicoob Unimais.

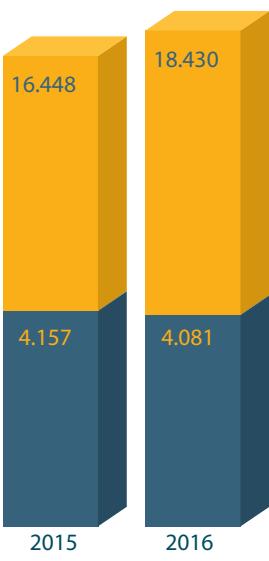
Março



LANÇAMENTO PORTABILIDADE DE CRÉDITO

Centralizar os contratos, despesas e empréstimos financeiros em um único lugar e oferecer melhores taxas são as vantagens oferecidas aos cooperados com o lançamento da Portabilidade de Crédito. Com este produto é possível migrar as dívidas de outras instituições financeiras para a cooperativa e aproveitar de juros mais atrativos.

Abri



DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

A COOPMIL fez a distribuição de R\$ 4.081.000,00 aos cooperados que contribuíram com o crescimento da cooperativa em valores proporcionais às suas operações creditícias, de investimento e também de saldo médio na conta corrente (maior que um dia) conforme deliberado entre os delegados em Assembleia Geral Ordinária.

ELEIÇÃO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal foi eleito em abril por aclamação durante a Assembleia Geral Ordinária para garantir as conformidades da instituição no próximo biênio.



DIRETOR PRESIDENTE DA COOPMIL APADRINHA NOVOS OFICIAIS

O Cel PM Hudson Tabajara Camilli teve a honra de ser Paraninfo da turma Capitão Gino Struffaldi, formandos do Curso Superior de Tecnólogo de Administração Policial Militar (CSTAPM), no dia 29 de abril, em solenidade realizada na Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB).

O Diretor Presidente participou também do ato de Entrega de Espadas ao 1º colocado do curso e cooperado e aproveitou a ocasião para discursar sobre o fato de ter sido escolhido. O relato consegue referências bíblicas e etimológicas ao significado da palavra paraninfo, uma clara referência ao momento em que os Oficiais se casam com a Causa Pública e se tornam “guardiões da sociedade” para servir e proteger os cidadãos do Estado de São Paulo.



Maio

CAMPANHA GAROTO PROPAGANDA II



Os protagonistas da COOPMIL são os próprios cooperados, inclusive nas peças publicitárias. No decorrer do período, todo associado poderia se inscrever para fazer parte da Campanha Garoto Propaganda II e assim representar os produtos, serviços e benefícios da cooperativa.

Assim como na primeira edição, a ocasião foi um grande sucesso e teve um número excepcional de candidatos que participaram do ensaio fotográfico para compor as peças de marketing.

FEIRÃO TROCA DE DÍVIDAS

Um dos principais compromissos da COOPMIL é preser pela estabilidade financeira e tranquilidade do cooperado. Por isso, para auxiliá-lo em suas pendências, a cooperativa começou a campanha Feirão Troca de Dívidas, que teve como objetivo renegociar dívidas em um único crédito consignado, reduzir a parcela atual de empréstimo, além da eventual regularização do CPF nos Órgãos de Proteção ao Crédito (SPC e Serasa).





COOPMIL RECEBE COMANDO GERAL

A Diretoria da COOPMIL recebeu o Cel PM Nivaldo Cesar Restivo, Comandante Geral da PMESP, e o Subcomandante, Cel PM Mauro Cesar dos Santos Ricciarelli, na Sede da cooperativa no dia 3 de maio. O encontro foi organizado para apresentar aos oficiais o modelo institucional do sistema cooperativista, as ações desenvolvidas e os surpreendentes números apontados pela instituição na última assembleia.

Julho

BRASIL SE DESTACA EM COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Os líderes cooperativistas de mais de 50 países participaram da Conferência Mundial do Woccu (World Council of Credit Unions) ou Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito), que aconteceu entre os dias 23 e 26 de julho, em Viena, na Áustria. O Cel PM Wellington Luiz Dorian Venezian, Diretor de Negócios da COOPMIL e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito (Sicoob Central Cecresp), esteve presente ao lado de outros representantes brasileiros.

Esta foi a primeira vez que o Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) esteve na programação do evento e uma importante constatação da evolução do setor no país, prova de que o cooperativismo brasileiro é um dos melhores do mundo.

Agosto

CAMPANHA 28 ANOS

Ajuda mútua e conscientização em busca de atender às necessidades do próximo formaram a base para montar a ação “Refletindo suas ações”, tema utilizado durante a comemoração dos 28 anos de COOPMIL. As unidades da cooperativa foram decoradas com diversas imagens explicando o ciclo cooperativista.

Como parte desta iniciativa, a promoção #somostodosheróis contou a história dos cooperados que, em algum momento de suas vidas, se sentiram como verdadeiros super-heróis. O depoimento destes heróis de carne e osso foram registrados por meio de vídeos de até um minuto de duração ou fotos.





Outubro

PRÊMIO EXCELÊNCIA EM GESTÃO I MEG

A COOPMIL recebeu o Prêmio Excelência de Gestão em reconhecimento por promover o aumento da qualidade e da competitividade do cooperativismo, graças ao desenvolvimento e adoção de boas práticas de governança. A premiação foi entregue pelo Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) em cerimônia realizada em Brasília/DF no dia 21 de novembro.

Dezembro

51º CORRIDA SARGENTO GONZAGUINHA

A COOPMIL patrocinou novamente a 51º Corrida Sargento Gonzaguinha, tradicional prova promovida pela Escola de Educação Física da Polícia Militar. O evento aconteceu junto das comemorações de 186 anos da PMESP. Atletas de todo país participam da ocasião.



APLICAÇÕES COOPMIL

A COOPMIL criou seis novas modalidades de aplicação **RDC** para atender ao perfil e aos interesses dos cooperados. A proposta nasceu com o intuito de oferecer aos associados opções seguras, com ótima rentabilidade e liquidez.

O lançamento da **Previdência Privada, Câmbio (Moeda Estrangeira)** e **Fundos de Investimentos** também contribuiu para aumentar o leque de serviços oferecidos pela instituição. A cooperativa contabilizou em 2017: **2.131 aplicadores**, que totalizam um saldo de **R\$ 136.293.237,00** investidos nas carteiras RDC.



CONSÓRCIO

A COOPMIL totalizou **72 cotas** adquiridas de consórcios de Imóveis, automóveis e Serviços pelos cooperados, que somaram **R\$ 8.940.288,90** somente em 2017.

A atenção no atendimento e a preocupação em disponibilizar um serviço de qualidade acima da média encontrada no mercado são responsáveis pela obtenção destes resultados satisfatórios.

SEGURO PRESTAMISTA

Taxas reduzidas, quitação de débito em caso de falecimento e devolução de valores aos familiares são as vantagens oferecidas pelo contrato do Seguro Prestamista. Foram firmados **9.073** contratos com total segurado de **R\$ 77.569.210,64** em 2017.

SEGUROS DE BENS

Em 2017 foram contabilizados **642 seguros** de automóveis, vida, residencial, entre outros.

CRÉDITO

A cooperativa disponibilizou **R\$ 169.357.824,94** em linhas de crédito para atender aos cooperados nas mais diversas situações, apenas em 2017.

CONTA CORRENTE

Os cooperados usufruíram de muitas vantagens exclusivas quando abriram sua Conta Corrente na COOPMIL, como melhores taxas, atendimento online e segurança na hora de movimentar suas economias. A conta corrente contabilizou **19.215** correntistas em 2017.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COOPERADO

Foram registradas **108.478 ligações atendidas**, recebidas **636 mensagens de elogios e sugestões** e feitas **4.452 reversões de desligamentos** ao longo de 2017.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As campanhas focadas na recuperação de crédito e atendimento realizado pela Unidade de Cobrança em 2017 arrecadaram **R\$ 38.447.124,83** aos cofres da COOPMIL, além de **R\$ 12.117.628,09** em renegociações de débito e **R\$ 8.953.800,72** em débitos que estavam em prejuízo.

CADASTRO

A COOPMIL registrou em 2017 em seu quadro cooperativo **51.429** cooperados, com **1.236 adesões**.

CARTÃO COOPMIL SICOBCARD

O Cartão COOPMIL Sicoobcard foi um dos produtos mais utilizados ao longo do ano. Em 2017, alcançamos **26.976** cartões ativos e uma receita de **R\$ 7.331.303,32**.

CAMPANHAS DE MARKETING

A COOPMIL lançou, ao longo do ano, diferentes peças publicitárias para informar a base de associados sobre produtos, serviços e oportunidades. As ações chegaram aos cooperados na forma de e-mails marketing, malas-direta e na forma da COOPMIL em Revista. No total, foram disparados **3.794.840** e-mails.

ÁREAS SOCIAIS

O bem-estar da família cooperada é uma prioridade da cooperativa. Em 2017, a FUNDAÇÃO COOPMIL

Hélio Lourenço Camilli trabalhou para disponibilizar assistências Social, Psicológica, Funeral e Jurídica. Os resultados são:

Serviço Social: **1.406** cooperados atendidos

Auxílio Funeral: **766** assistências realizadas

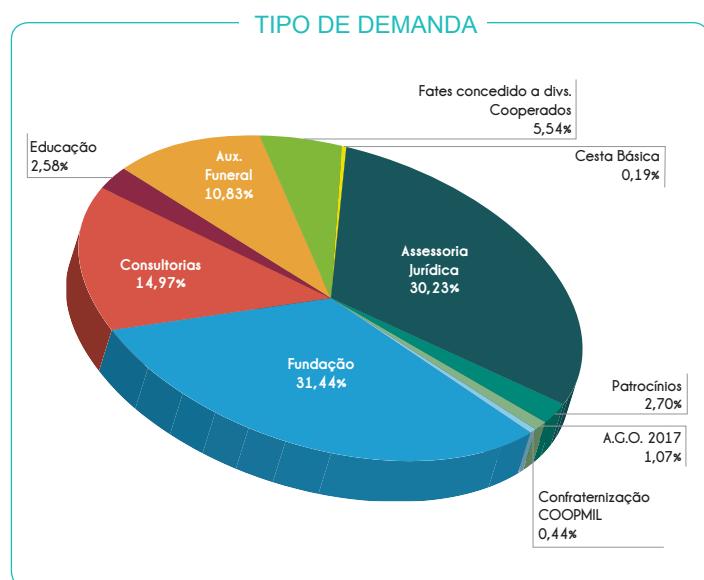
Assessoria Jurídica: **746** atendimentos com **1.638** ações em andamento

Cursos Preparatórios: **297** inscritos

Convênios educativos: **224** descontos em escolas e faculdades

Convênios comerciais: **198** descontos exclusivos em empresas parceiras.

FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social): **R\$ 4.487.616,91** em recursos destinados para atender as mais diversas solicitações socioeconômicas dos cooperados, conforme mostra o gráfico abaixo:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conheça nossos demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais, patrimoniais e principais indicadores.



Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Em milhares de reais)

	NE	31/12/2017	31/12/2016		NE	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		176.505	241.079		CIRCULANTE	147.661	139.852
DISPONIBILIDADES		227	221		DEPÓSITOS	133.143	121.449
TÍT. E VLRS. MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS	4	113.702	167.099		Depósitos à Vista	5.427	3.118
FINANCIEROS DERIVATIVOS					Depósitos a Prazo	127.716	118.331
Carteira Própria		103.444	151.027				
Vinculados à Prestação de Garantias		10.258	16.072				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	6.389	1.913		OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.518	18.403
Centralizações Financeiras Cooperativas Centrais		6.389	1.913		Cobrança e Arrecadação de Tributos Assemelhados	40	7
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	50.509	66.211		Sociais e Estatutárias	12.1	6.104
Operações de Crédito Setor Privado		65.784	84.610		Fiscais e Previdenciárias	12.2	872
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(15.275)	(18.399)		Diversas	12.3	7.502
OUTROS CRÉDITOS	7	5.341	5.607				
Créditos por Avais e Fianças Honrados		4.367	3.848				
Rendas a Receber		581	1.595				
Diversos		4.107	2.339				
(-) Provisão para Outros Créd. De Liquidação Duvidosa		(3.714)	(2.175)				
OUTROS VALORES E BENS	8	337	28				
Despesas Pagas Antecipadamente		337	28				
NÃO CIRCULANTE		148.414	117.963		NÃO CIRCULANTE	8.577	4.857
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		134.863	104.648		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.577	4.857
TÍT. E VLRS. MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS	4	10.821	22.365		DEPÓSITOS	8.577	4.857
FINANCIEROS DERIVATIVOS					Depósitos a Prazo	8.577	4.857
Carteira Própria		-	13.069				
Vinculados à Prestação de Garantias		10.821	9.296				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	124.042	82.283				
Operações de Crédito Setor Privado		135.226	87.835				
(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(11.184)	(5.552)				
PERMANENTE		13.551	13.315		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	168.681	214.333
INVESTIMENTOS	9	6.936	6.318		CAPITAL	143.361	178.683
Ações e Cotas		6.936	6.318		Capital Social	147.422	180.143
IMOBILIZADO DE USO	10	6.533	6.877		(-) Capital a Realizar	(4.061)	(1.460)
Imobilizado de Uso		7.504	7.473		RESERVA DE LUCRO	14.b/c	30.580
Outras imobilizações de uso		5.577	5.767		SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	(5.260)	31.569
(-) Depreciação Acumulada		(6.548)	(6.363)				4.081
INTANGÍVEL		82	120				
Ativos Intangíveis		867	867				
(Amortização Acumulada)		(785)	(747)				
TOTAL DO ATIVO		324.919	359.042		TOTAL DO PASSIVO	324.919	359.042

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

LEGENDA: NE = Notas explicativas. Cada item demarcado faz referência a uma das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.
Exemplo: o item que contém o símbolo 5 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS corresponde à Nota Explicativa que consta na página 20.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Sobras ou Perdas

Exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Em milhares de reais)

	NE	S. Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	17	38.351	80.524	93.159
Operações de Crédito		32.239	64.021	68.441
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		6.112	16.503	24.718
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	19	(20.797)	(51.478)	(40.336)
Operações de Captação no Mercado		(6.986)	(14.578)	(15.314)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida		(13.811)	(36.900)	(25.022)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		17.554	29.046	52.823
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(18.883)	(34.364)	(20.681)
Receitas de Prestação de Serviços		802	1.445	1.283
Rendas de Tarifas Bancárias		1.759	3.393	1.845
Despesas de Pessoal		(15.571)	(30.649)	(29.525)
Outras Despesas Administrativas		(10.490)	(20.704)	(16.233)
Despesas Tributárias		(275)	(499)	(399)
Outras Receitas Operacionais	16	7.581	17.525	25.229
Outras Despesas Operacionais	18	(2.689)	(4.875)	(2.881)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.329)	(5.318)	32.142
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	(16)	121	22
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES		(1.345)	(5.197)	32.164
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		(9)	(50)	(168)
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		-	-	(2.448)
SOBRAS LÍQUIDAS		(1.354)	(5.247)	29.548
JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO		(4)	(13)	(11.118)
SOBRAS/(PERDAS) LÍQUIDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.358)	(5.260)	18.430
Nº COTAS		143.361	143.361	180.143
Sobra por cota		(0,01)	(0,04)	0,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2017

Descrição	Cap.Social	R.Legal	R. Expansão	Sobras/Perdas	Total
Saldo em 01.01.2017	178.683	27.267	4.302	4.081	214.333
Integralização de Capital	57.443	-	-	-	57.443
Devolução de Capital	(94.139)	-	-	-	(94.139)
Cotas de Capital a Realizar	(2.602)	-	-	-	(2.602)
Baixa de reservas	-	-	(989)	-	(989)
Incorporação das Sobras de 2016	3.976	-	-	(3.976)	-
Sobras a Distribuir	-	-	-	(105)	(105)
Sobras ou Perdas do Exercício	-	-	-	(5.260)	(5.260)
Saldo em 31/12/2017	143.361	27.267	3.313	(5.260)	168.681
Mutações do Período	(35.322)	-	(989)	(9.341)	(45.652)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO 2º SEMESTRE DE 2017

Descrição	Cap.Social	R.Legal	R. Expansão	Sobras/Perdas	Total
Saldo em 01/07/2017	155.080	27.267	3.950	(3.902)	182.395
Integralização de Capital	27.583	-	-	-	27.583
Devolução de Capital	(37.829)	-	-	-	(37.829)
Cotas de Capital a Realizar	(1.473)	-	-	-	(1.473)
Baixa de reservas	-	-	(637)	-	(637)
Sobras ou Perdas do Exercício	-	-	-	(1.358)	(1.358)
Saldo em 31/12/2017	143.361	27.267	3.313	(5.260)	168.681
Mutações do Período	(11.719)	-	(637)	(1.358)	(13.714)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2016

Descrição	Cap.Social	R.Legal	R. Expansão	Sobras/Perdas	Total
Saldo em 01/01/2016	195.202	15.720	5.171	4.157	220.250
Integralização de Capital	69.997	-	-	-	69.997
Devolução de Capital	(99.821)	-	-	-	(99.821)
Cotas de Capital a Realizar	(1.412)	-	-	-	(1.412)
Baixa de reservas	-	-	(869)	-	(869)
Incorporação das Sobras de 2015	4.083	-	-	(4.083)	-
Sobras a Distribuir	-	-	-	(74)	(74)
Sobras do Exercício	-	-	-	29.548	29.548
Juros sobre Capital Próprio	10.634	-	-	(11.118)	(484)
Constituição de Reservas	-	11.547	-	(11.547)	-
FATES - Atos Associados	-	-	-	(933)	(933)
FATES - Atos com Não Associados	-	-	-	(1.869)	(1.869)
Saldo em 31.12.2016	178.683	27.267	4.302	4.081	214.333
Mutações do Período	(16.519)	11.547	(869)	(76)	(5.917)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Em milhares de reais)

	S. Semestre 2017	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Sobras do Semestre e Exercício	(1.358)	(5.260)	29.548
Ajustado por:			
Depreciação e Amortização	358	715	707
Juros ao Capital	-	-	(11.118)
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	16	18	6
JCP Recebido	(596)	(596)	(641)
Sobras Recebidas	-	(12)	(54)
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais			
Ajuste de TVM Vinculados à Prestação de Garantias	(12.001)	2.934	(11.891)
Operações de Crédito	(15.096)	(26.057)	25.392
Outros Créditos	2.358	267	(3.291)
Outros Valores e Bens	(312)	(309)	4
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais			
Depósitos	298	15.414	13.272
Outras Obrigações	(1.548)	(3.886)	(1.996)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(27.881)	(16.772)	39.938
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Integralização de Capital (Participações Societárias)	(5)	(10)	(434)
Compra de Ativo Imobilizado	(61)	(351)	(688)
Compra de Ativo Intangível	-	-	(98)
Caixa Líquido das Atividades Investimentos	(66)	(361)	(1.220)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Capital Social	(11.719)	(35.322)	(27.161)
Incorporação de JCP ao Capital	-	-	10.642
Incorporação de Sobras ao Capital	-	(3.976)	(4.083)
Sobras a Distribuir	-	(105)	(74)
Constituição/Baixa Reserva de Expansão	(637)	(989)	(869)
Caixa Líquido das Atividades Financiamento	(12.356)	(40.392)	(21.545)
Aumento (Diminuição) Caixa e Equivalentes de Caixa	(40.303)	(57.525)	17.173
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	135.939	153.161	135.988
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	95.636	95.636	153.161
	(40.303)	(57.525)	17.173

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO SÃO PAULO - COOPMIL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/08/1989, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPMIL** possui 30 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO PAULO - SP, CAMBUCI SÃO PAULO - SP, ITAQUERA SÃO PAULO - SP, SANTO AMARO SÃO PAULO - SP, CAMPINAS - SP, SANTOS - SP, TAUBATÉ - SP, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, GUARULHOS - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP, ARARAQUARA - SP, SOROCABA - SP, OSASCO - SP, PRESIDENTE PRUDENTE - SP, ARAÇATUBA - SP, MOGI DAS CRUZES - SP, SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP, MARÍLIA - SP, BAURU - SP, PIRACICABA - SP, CSC SÃO PAULO - SP, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP, FRANCA - SP, CARAGUATATUBA - SP, REGISTRO - SP, JUNDIAÍ - SP, BOTUCATU - SP, OURINHOS - SP, SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP, LORENA - SP.

A **COOPMIL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

Notas Explicativas

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestações de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços aos associados ou a terceiros.

Os dispêndios, as despesas, os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

DESCRIPÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Depósitos Bancários	227	221
Títulos e Valores Mobiliários – Carteira Própria (a)	89.020	151.027
Centralização Financeira (b)	6.389	1.913
TOTAL	95.636	153.161

(a) Títulos e Valores Mobiliários referem, substancialmente a aplicações de renda fixa, fundos de investimentos e letras financeiras, contratadas nas instituições, Caixa Econômica Federal, Santander e Safra. E os Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, junto ao Sicoob Central Cecresp, com remuneração média de 103% do CDI.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999, estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

K) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art.183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

Notas Explicativas

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2017**.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em **31 de Dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de Renda Fixa	42.463	38.708
Cotas de Fundos de Investimentos	60.981	125.388
Vinculados à Prestação de Garantias	21.079	25.368
TOTAL	124.523	189.464

Títulos e Valores Mobiliários referem-se, substancialmente a aplicações de renda fixa, fundos de investimentos e letras financeiras, contratadas nas instituições, Caixa Econômica Federal, Santander e Safra. E os Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, junto ao Sicoob Central Cecresp, com remuneração média de 103% do CDI.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em **31 de Dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	6.389	1.913
TOTAL	6.389	1.913

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

MODALIDADE	31/12/2017			31/12/2016
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Adiantamento a Depositante	721	–	721	475
Empréstimos	64.542	135.080	199.622	170.727
Títulos Descontados	131	–	131	27
Financiamentos	390	147	536	1.216
(-) Provisões para Operações de Crédito	(15.275)	(11.184)	(26.459)	(23.951)
TOTAL	50.508	124.043	174.551	148.494

Notas Explicativas

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível Percentual de Risco		Empréstimo TD	A.D. Cheque Especial	Financ.	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
Situação								
AA	0,0%	Normais	18.976	–	18.976	–	2.519	–
A	0,5%	Normais	82.733	186	77	82.996	(415)	63.191
B	1,0%	Normais	23.109	25	198	23.331	(233)	45.216
B	1,0%	Vencida	3.053	846	9	3.908	(39)	9.166
C	3,0%	Normais	27.937	72	33	28.042	(841)	10.188
C	3,0%	Vencida	5.139	298	14	5.451	(164)	4.894
D	10,0%	Normais	3.689	193	26	3.909	(391)	2.928
D	10,0%	Vencida	4.908	23	22	4.953	(495)	2.859
E	30,0%	Normais	850	1	8	860	(258)	2.712
E	30,0%	Vencida	3.280	56	24	3.360	(1.008)	6.613
F	50,0%	Normais	220	0	0	220	(110)	414
F	50,0%	Vencida	3.557	37	12	3.605	(1.803)	3.586
G	70,0%	Normais	411	0	–	411	(288)	328
G	70,0%	Vencida	1.871	36	8	1.915	(1.340)	2.662
H	100,0%	Normais	2.904	2	8	2.914	(2.914)	1.946
H	100,0%	Vencida	14.840	1.222	97	16.160	(16.160)	13.223
Total Normal		160.829	479	350	161.658	(5.450)	129.442	(4.562)
Total Vencidos		36.648	2.518	186	39.352	(21.009)	43.003	(19.388)
Total Geral		197.477	2.997	536	201.010	(26.459)	172.445	(23.951)
Provisões		(24.995)	(1.328)	(136)	(26.459)		(23.951)	
Total Líquido		172.482	1.669	400	174.551		148.494	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRÍÇÃO	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	24.937	37.330	135.080	197.347
Financiamentos	171	218	147	536
Títulos Descontados	131	–	–	131
TOTAL	25.239	37.548	135.226	198.014

OBS.: O referido quadro não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRÍÇÃO	CONTA CORRENTE	EMPRÉSTIMO / FINANCIAMENTO	TÍTULO DESCONTADO	31/12/2017	% DA CARTEIRA
Setor Privado - Serviços	75	680	131	886	0,4%
Pessoa Física	2.922	197.203	–	200.125	99,56%
TOTAL	2.997	197.883	131	201.011	100,00%

Notas Explicativas

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Saldo inicial	(23.951)	(16.592)
Constituição de Provisão Sobre Operações de Crédito	(367.509)	(251.712)
(-) Baixa de Créditos Contra Provisão	365.001	244.353
Saldo Final	(26.459)	(23.951)

f) Concentração dos Principais Devedores:

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA Total	31/12/2016	% CARTEIRA Total
Maior Devedor	602	0,00%	702	0,00%
10 Maiores Devedores	2.457	1,00%	1.719	1,00%
50 Maiores Devedores	7.779	4,00%	4.473	3,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	74.677	65.250
Valor das operações transferidas no período	33.146	15.607
Valor das operações recuperadas no período	(8.819)	(5.276)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.535)	(904)
Saldo Final	97.469	74.677

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 57.968 (Cinquenta e Sete Milhões, Novecentos e Sessenta e Oito Mil Reais), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

MODALIDADE	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados (a)	4.367	3.848
Rendas a Receber (b)	581	1.595
Diversos	4.107	2.339
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(3.714)	(2.175)
TOTAL	5.341	5.607

- a) Avais e Fianças Honrados, em razão das operações realizadas com cartões de crédito;
- b) Rendas a Receber, oriundas das operações com cartões de crédito e de arrecadação de tributos e assemelhados;
- c) A Provisão para Outros Créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	337	28
TOTAL	337	28

Registraram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e benefícios a empregados.

9. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	6.926	6.311
Participações Inst. Financ. Controlada Coop Crédito	9	6
Outras Participações	1	1
TOTAL	6.936	6.318

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	TAXA DEPRECIAÇÃO
Móveis e Equipamentos em Estoque	–	9	
Terrenos	1.612	1.612	
Edificações	5.892	5.861	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(2.650)	(2.415)	
Instalações	1.081	1.087	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(687)	(586)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.016	2.043	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.378)	(1.329)	
Sistema de Comunicação	145	148	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.902	1.973	10%
Sistema de Segurança	98	105	10%
Sistema de Transporte	335	403	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.833)	(2.034)	
TOTAL	6.533	6.877	

11. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas considerando o prazo final das operações, tendo o valor futuro e a data do demonstrativo contábil, apresentados em conta redutora.

Notas Explicativas

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	5.427	3.118
Depósito a Prazo	136.293	123.188
TOTAL	141.720	126.306

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis conforme, Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2016	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	11.963	9,00%	8.706	7,00%
10 Maiores Depositantes	44.486	32,00%	33.922	28,00%
50 Maiores Depositantes	81.221	59,00%	67.424	55,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(14.371)	(15.133)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(207)	(181)
TOTAL	(14.578)	(15.314)

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	40	7
Sociais e Estatutárias	6.104	12.813
Fiscais e Previdenciárias	872	919
Diversas	7.502	4.664
TOTAL	14.518	18.403

12.1 Sociais e Estatutárias

DESCRÍÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	871	5.327
Gratificações e Participações a Pagar (b)	–	2.449
Sobras a Distribuir conforme A. G. O. (c)	188	188
Cotas de Capital a Pagar (d)	5.045	4.849
TOTAL	6.104	12.813

- a) Resultado de Atos com Associados, o FATES é destinado as atividades educacionais, a prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas

Notas Explicativas

passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971;

- b) Gratificações e Participações a Pagar, refere-se à participação nas sobras de colaboradores e Diretores;
- c) Sobras a Distribuir, refere-se a sobras de exercícios anteriores;
- d) Cotas de Capital a Pagar, refere-se as cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	872	917
Provisão Para Riscos Fiscais	–	2
TOTAL	872	919

12.3 Diversas

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	654	10
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	2	0
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	2.595	2.608
Provisão para Passivos Contingentes (d)	614	1.134
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (e)	771	–
Credores Diversos - País (f)	2.866	912
TOTAL	7.502	4.664

- a) Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos, referem-se a provisão para pagamento de despesas com aquisições de bens e serviços;
- b) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamentos, refere-se à prestação de serviços de Pagamentos;
- c) Provisão para Pagamentos a efetuar, refere-se, substancialmente ao provisionamento de salários e reflexos a pagar;
- d) Provisão para Passivos Contingentes, refere-se a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas e cíveis e será melhor detalhada na Nota 23;
- e) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas, refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 22.484 (R\$ 35.314 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- f) Credores Diversos referem-se substancialmente à: Pendência a regularizar no prazo de até o término do semestre seguinte a sua ocorrência totalizando R\$ 740 (Contábeis em geral, no Bancoob e Banco do Brasil); Pagamentos a Processar R\$ 1.854 e; Transitória Portabilidade de Crédito R\$ 162.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A COOPMIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Capital Social	143.361	178.683
Qtd. Associados	51.429	55.702

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva para expansão

A reserva para expansão é formada por meio do resultado operacional, oriundo das sobras da cooperativa, as destinações e novos ingressos são deliberados em Assembleia Geral. Tem por objetivo reunir recursos financeiros para ampliação dos negócios e modernização das atividades de suporte.

15. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita de prestação de serviços	1.900	1.869
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.156)	(11.210)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(879)	(693)
Resultado operacional	(135)	(10.034)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	200	23
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65	(10.011)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	65	(10.011)

16. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	1.037	406
Reversão de Outras Provisões Operacionais	415	3.073
Rendas Juros Cartão de Crédito	9.957	13.977
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	577	1.270
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	406	549
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	77	49
Dividendos	2	2
Distribuição de Sobras da Central	12	54
Outras Rendas Operacionais	5.042	5.850
TOTAL	17.525	25.230

17. INGRESSOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	350	151
Rendas de Empréstimos	54.195	62.240
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	35	8
Rendas de Financiamentos	301	627
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	—
Rendas c/ Tít. Valores Mobil. e Instrumentos Financeiros	16.503	24.718
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9.140	5.416
TOTAL	80.524	93.160

18. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(858)	(1.431)
Despesas de Descontos Concedidos	(1.044)	(26)
Desp. de Atualização de Impostos e Contribuições	(47)	(125)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.010)	(205)
Provisão para Passivos Contingentes	(193)	(461)
Contrib. aos Fundos Ressarc. Fraudes/Perdas	(1)	(1)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(305)	(209)
Outras Despesas Operacionais	(880)	(146)
Provisão para Garantias Prestada	(387)	(277)
Contingências	(150)	—
TOTAL	(4.875)	(2.881)

19. DISPÊNDIOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Despesas De Captação	(14.578)	(15.314)
Provisões para operações de crédito	(36.900)	(25.022)
TOTAL	(51.478)	(40.336)

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	145	—
Ganhos de Capital	1.274	420
Outras Rendas não Operacionais	—	38
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(18)	(6)
(-) Perdas de Capital	(1.201)	(430)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(79)	—
Resultado Líquido	121	22

Notas Explicativas

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	317	0,16%	1
TOTAL	317	0,16%	1
Montante das Operações Passivas	1.252	0,93%	

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Empréstimo	337	1	0,16%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - %
Depósitos à Vista	120	2,26%	0%
Depósitos a Prazo	643	0,47%	0,64%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, a taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS
Empréstimos	2,13%
Aplicação Financeira - Pré-Fixada	0,66%
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	86,07%

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	2.806
Encargos	888
Participação nas Sobras	384
Plano de Saúde	62
TOTAL	4.140

22. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS SEGURANÇA PÚBLICA ESTADO SÃO PAULO - COOPMIL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A COOPMIL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente a sua participação nessas operações.

23. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto as chances de êxito em determinados questionamentos trabalhistas e cíveis em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRÍÇÃO	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	—	50	—	50
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	348	88	546	88
Outros	265	—	—	—
TOTAL	613	138	546	138

Segundo a assessoria jurídica da **COOPMIL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.481 (Um milhão, Quatrocentos e Oitenta e Um Mil Reais). Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas e cíveis.

24. GERENCIAMENTO DE RISCO

24.1 Risco Operacional

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do SICOOB (www.sicoob.com.br) relatório descriptivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Notas Explicativas

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPMIL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPMIL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (SICOOB Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPMIL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.3 Risco de Crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da **COOPMIL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPMIL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (SICOOB Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPMIL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPMIL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPMIL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (SICOOB Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:
 - I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
 - II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
 - III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

24.5 Gerenciamento de risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental da **COOPMIL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco socioambiental para fazer face ao 7º princípio do cooperativismo – Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham de forma ética, engajadas na cultura de “dono do negócio”, buscando o desenvolvimento local e a inclusão financeira na democratização do acesso a produtos e serviços financeiros.

O gerenciamento socioambiental consiste em um processo contínuo, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) participar e interagir com a área responsável pelo gerenciamento do risco socioambiental do Sicoob, localizada no Sicoob Confederação;
- b) estimular o uso consciente dos serviços financeiros;
- a) o risco socioambiental será observado nas linhas de negócios do Sicoob, em especial nas operações de crédito rural pela sua relevância e proporcionalidade.

25. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRÍÇÃO	2017	2016
Analisa a adequação de capital próprio frente aos riscos dos ativos Resultado esperado: maior de 11%.	42,53%	50,30%

27. OUTROS ASSUNTOS

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

SÃO PAULO-SP, 31 de Dezembro de 2017

Hudson Tabajara Camilli
Diretor Presidente

Wellington Luiz Dorian Venezian
Diretor de Negócios

Ernesto de Jesus Herrera
Diretor Financeiro

Roberval Ferreira França
Diretor Administrativo

Edson de Oliveira Silva
Diretor de Infraestrutura

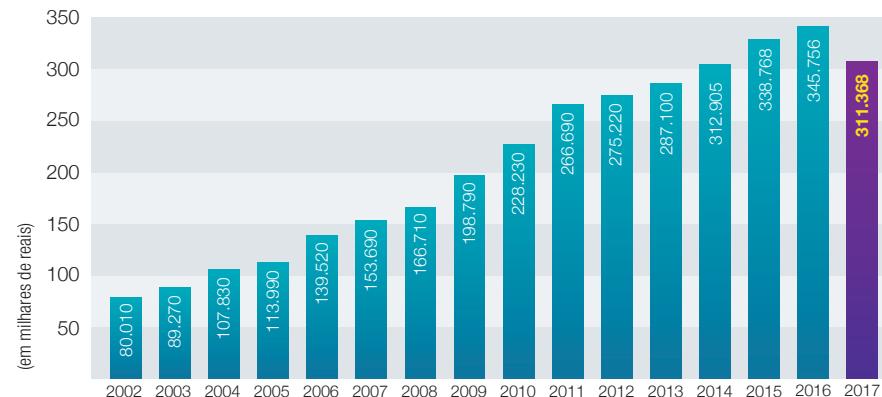
André Ribeiro Baião
Contador CRC 1SP 257457/0-4

Fabio Fernandes Dias
Supervisor UniCIR



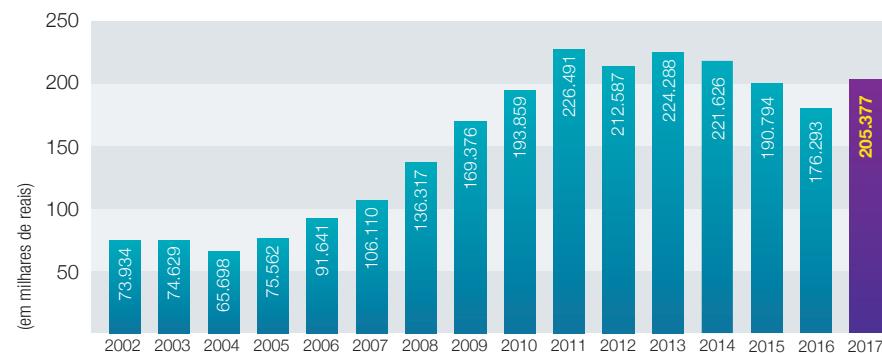
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Demonstra a soma do “ativo circulante” com o “realizável a longo prazo”: bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo (AC) e em mais do que um exercício contábil (RELP), como por exemplo a Carteira de Empréstimos.



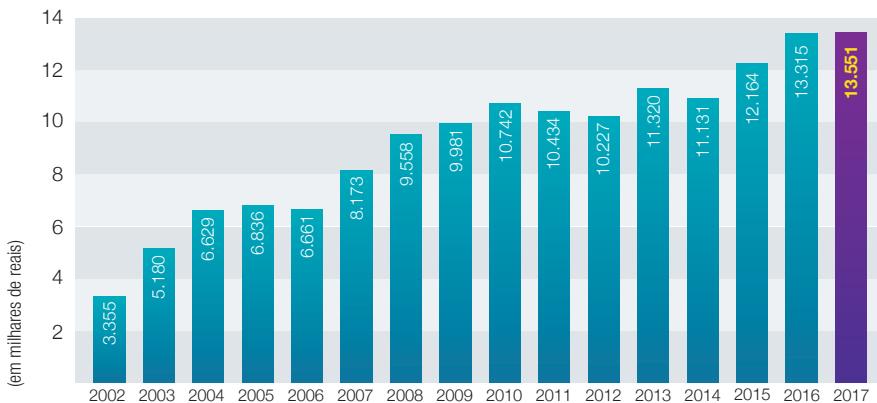
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se ao total da Carteira de Empréstimos liberados pela cooperativa.



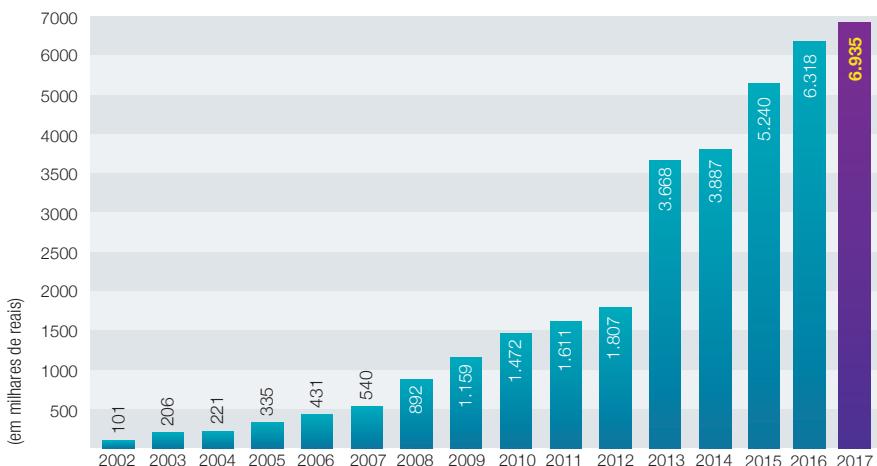
PERMANENTE

Representa as ações e cotas do Sicoob Central Cecresp, ativo imobilizado e o intangível, como por exemplo: Participações, edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



PERMANENTE - COTAS DA CECRESP E BANCOOB

Representa as ações e cotas que a cooperativa possui no Sicoob Central Cecresp e no Bancoob, integrando o Sistema de Cooperativas do Brasil – Sicoob.



PERMANENTE - IMOBILIZADO DE USO

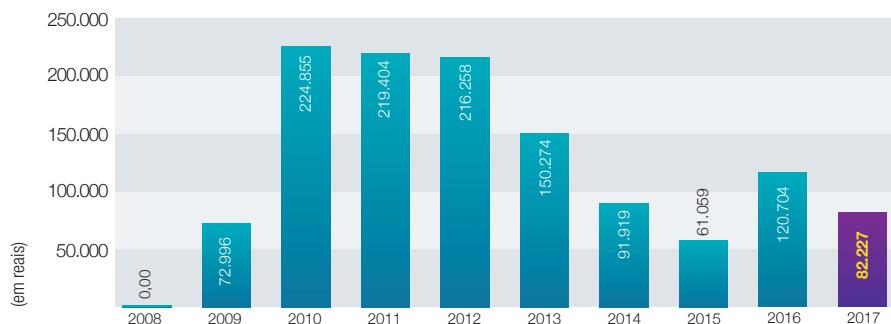
Registra as edificações, veículos, mobiliários, utensílios e equipamentos.



EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

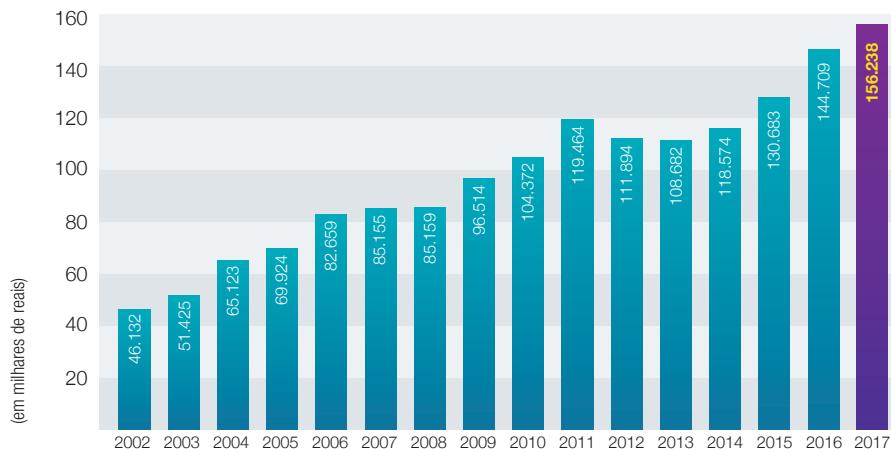
PERMANENTE - INTANGÍVEL

Contempla todos os softwares e licenças relativos à área de Tecnologia da Informação.



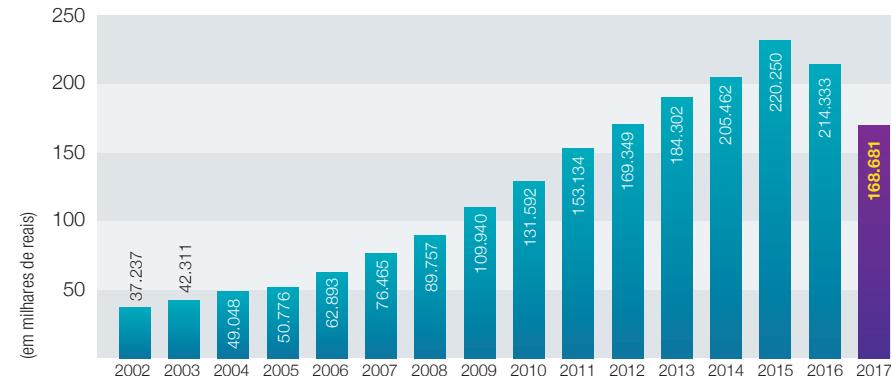
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Trata-se das obrigações com terceiros, como: remuneração de RDC, impostos a recolher, fornecedores a pagar, provisões de férias e 13º salário dos colaboradores, sendo compromissos liquidados no próprio exercício (PC) e após o exercício (EXLP).



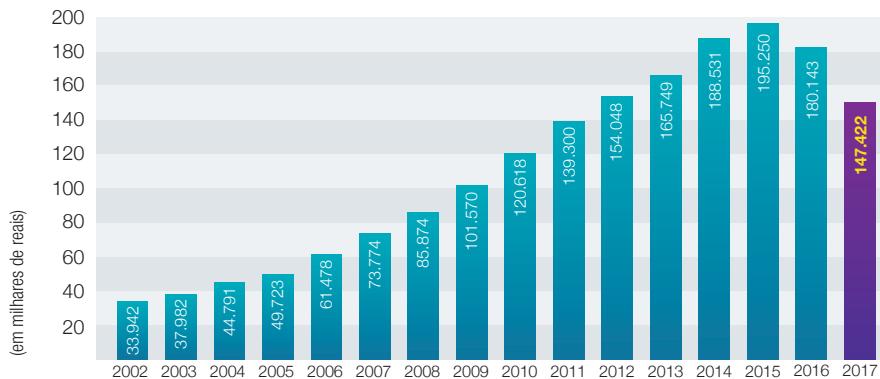
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o Capital Social e suas reservas (reserva legal, reserva de expansão e sobras ou perdas acumuladas).



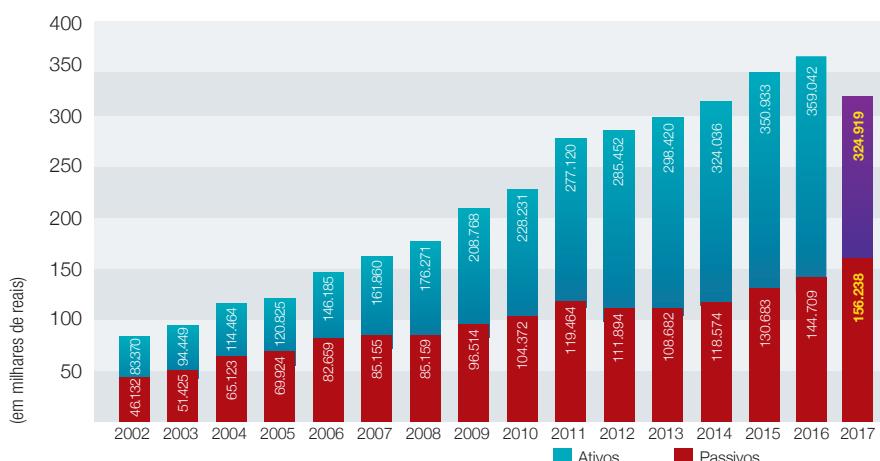
CAPITAL SOCIAL

Evidencia a composição do Capital pelas integralizações efetuadas pelos cooperados, formando, também, o Patrimônio Líquido.



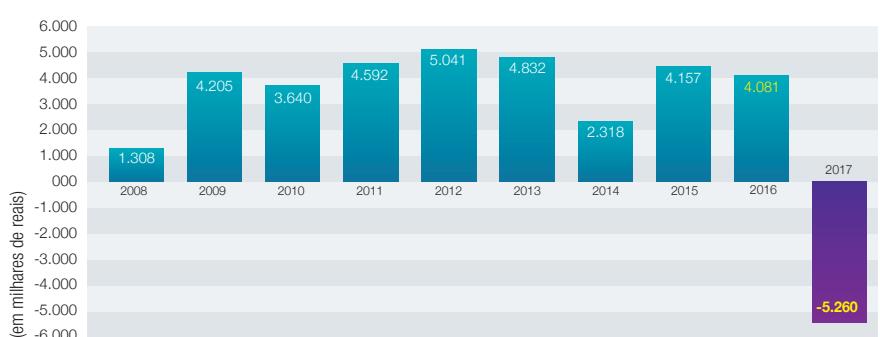
ATIVO TOTAL X PASSIVO TOTAL

Denota a diferença entre o Ativo (bens e direitos) e Passivo (obrigações contraídas), representando o Patrimônio Líquido.



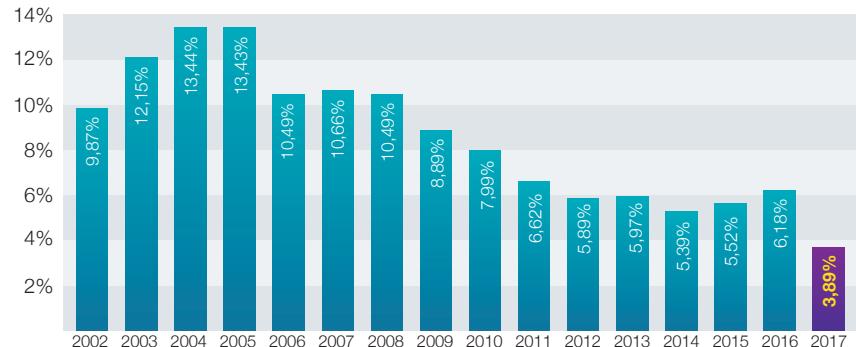
SOBRAS LÍQUIDAS

Refere-se ao resultado da diferença entre as receitas e as despesas.



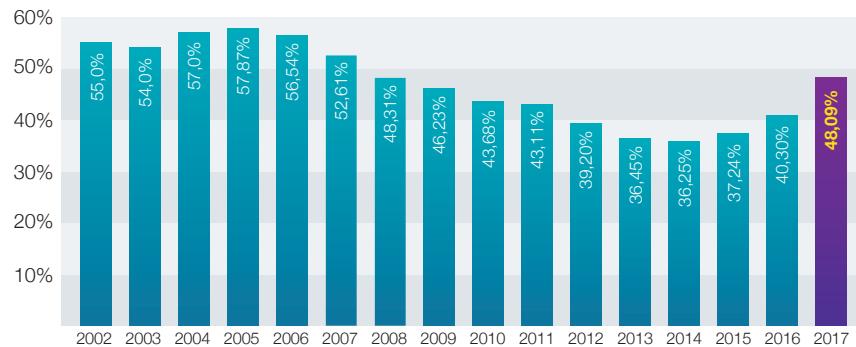
ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO

Representa quanto a cooperativa pode ter no seu ativo imobilizado (imóveis, móveis, automóveis...) em relação ao seu Patrimônio de Referência (Patrimônio Líquido somado às Receitas e deduzidas as Despesas). O Sicoob Central Cecresp recomenda que este percentual esteja em, no máximo, 50%.



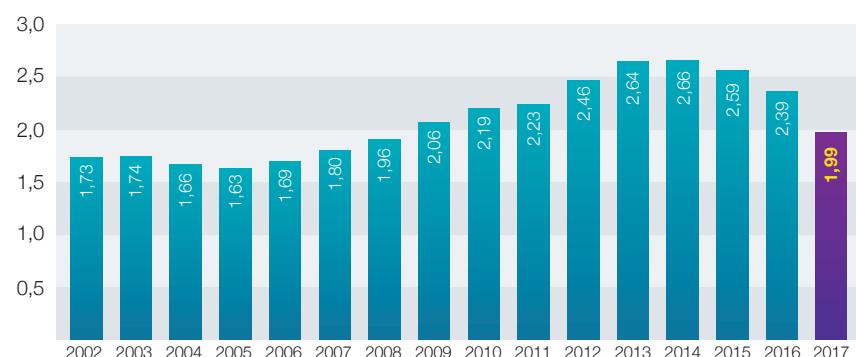
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra quanto do total de ativos está sendo financiado por terceiros (PC/Ativos), ou seja, quanto do RDC financia o total de ativos.



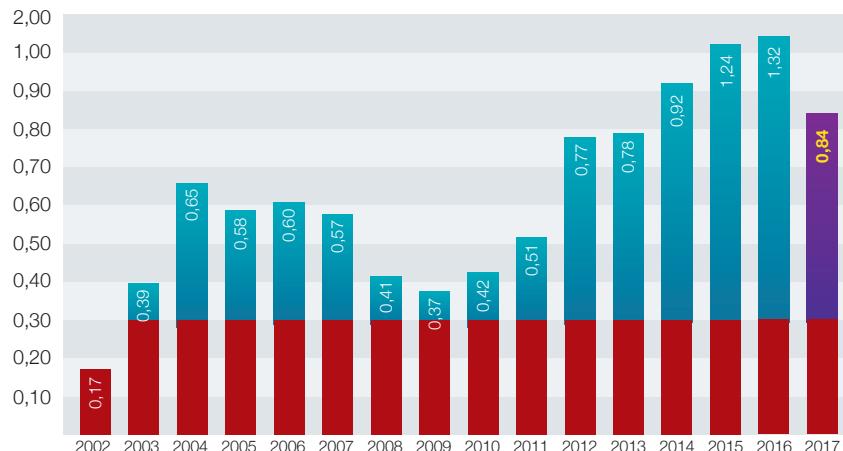
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Reflete a capacidade de arcar com os compromissos assumidos: quantos Reais temos para receber em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar (AC/PC).



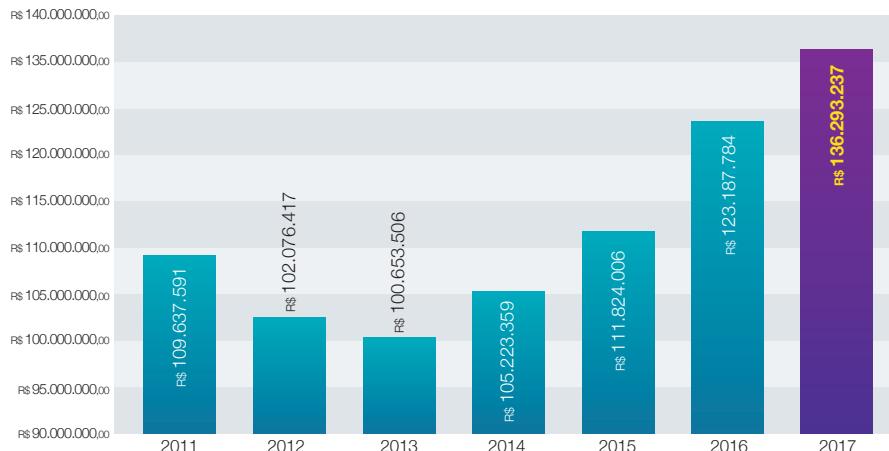
ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

Também demonstra a capacidade de pagamento, ou seja, quantos Reais temos para receber de imediato em comparação a cada R\$ 1,00 a pagar (Disp. + Tit. Val.Mob. + Rel.Interfinan./ PC – recursos em caixa e aplicações em bancos). O Sicoob Central Cecresp recomenda que o percentual mínimo seja de 0,30.



INVESTIMENTOS - RDC

Representa a evolução anual da carteira de investimentos da COOPMIL.



INVESTIMENTOS RDC – VOLUME DAS APLICAÇÕES

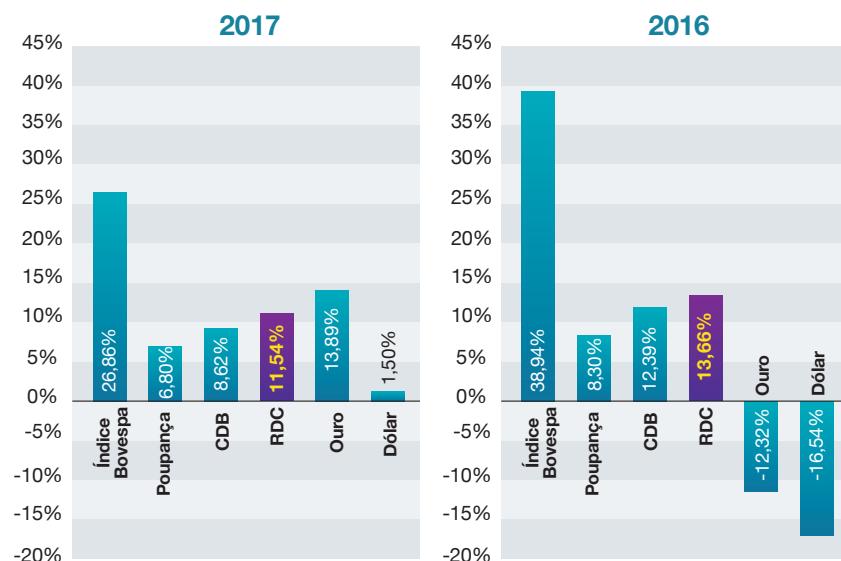
Refere-se ao saldo total dos recursos aplicados na COOPMIL em 2017.



EVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

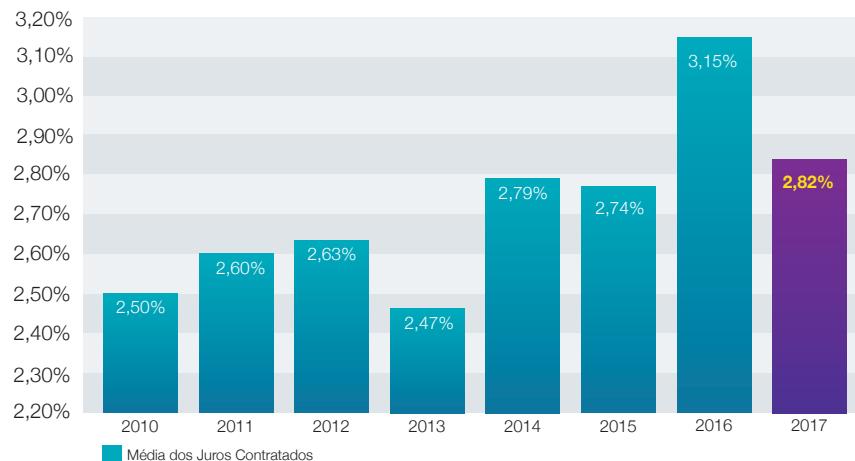
TAXA DE REMUNERAÇÃO

Demonstra o desempenho da remuneração da aplicação RDC em face de outros produtos financeiros ofertados pelo mercado.



MÉDIA DE JUROS REAIS CONTRATADOS

Trata-se da redução da taxa média de juros pagos em razão da devolução das sobras.



RENTABILIDADE MÉDIA NAS APLICAÇÕES

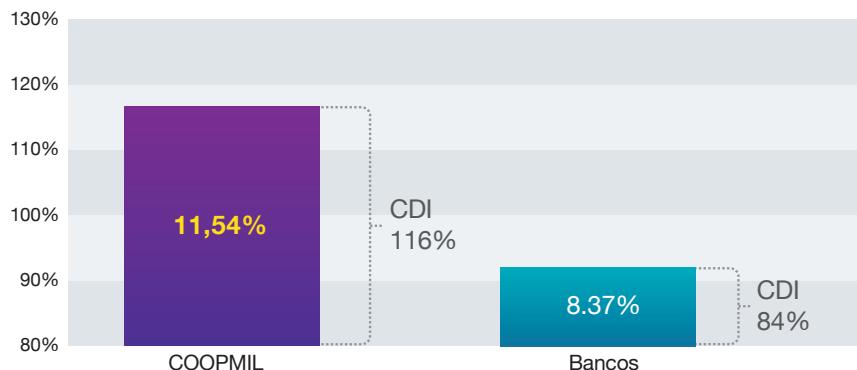
Demonstra o aumento da rentabilidade das aplicações em RDC.

*Obs: sobre o valor de sobras não incide qualquer imposto.



REMUNERAÇÃO DE MERCADO X REMUNERAÇÃO COOPMIL

Demonstra o quanto o mercado precisaria remunerar para igualar a remuneração paga pela COOPMIL.



RDC COOPMIL x CDB DOS BANCOS



*Observação: Comparativo com base no RDC COOPMIL calculado em 11,54% a.a e no CDB pago pelos bancos, com taxa de 8,37% a.a em 2017.

COMPARATIVO

Trata-se dos valores economizados pelo grupo cooperado, que contratou produtos e serviços COOPMIL, quando comparados com a média do Sistema Financeiro Nacional.

PRODUTOS	SFN TAXA MÉDIA MENSAL	COOPMIL TAXA MÉDIA MENSAL - PAD	GANHO	ACUMULADO
Cheque Especial PF	12,80%	9,13%	R\$ 3.054.624	R\$ 3.054.624
Empréstimos	3,43%	2,25%	R\$ 27.231.005	R\$ 30.285.629
Tarifas PF ¹	R\$ 54,05	R\$ 14,28	R\$ 24.040.392	R\$ 54.326.021
Cartão Crédito (Rotativo)	14,36%	9,59%	R\$ 5.041.118	R\$ 59.367.139
Cartão Crédito (Parcelado)	8,39%	5,36%	R\$ 727.440	R\$ 60.094.579
Consórcio ² (Imóveis)	18,12%	5,38%	R\$ 70.087	R\$ 60.164.666
Conta Garantida	13,11%	4,46%	R\$ 202.909	R\$ 60.367.575
Títulos Descontados	2,91%	2,10%	R\$ 16.678	R\$ 60.384.253
Depósitos a Prazo	0,61%	0,74%	R\$ 2.240.400	R\$ 62.624.653
Tarifas PJ ³	R\$ 105,94	R\$ 11,36	R\$ 44.262	R\$ 62.668.915
Adquirência Crédito (MDR)	4,17%	3,48%	R\$ 6.016	R\$ 62.674.931
Adquirência Débito (MDR)	2,42%	2,02%	R\$ 3.689	R\$ 62.678.620
Adquirência (Antecipação)	4,50%	3,49%	R\$ 5.144	R\$ 62.683.764
Cooperados	50.419		Renda Média Agregada ao Ano	R\$ 1.243.26

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil. Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2017).

Elaboração Bancoob - Suest.

¹Tarifas SFN PF: valor médio “Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa a Resolução nº 4.196 de 2013)”.

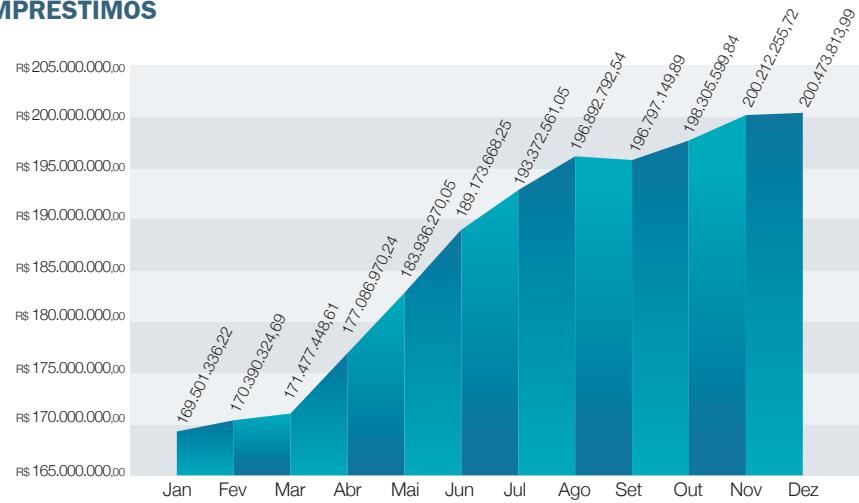
²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário de cheques com 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

Denota o desempenho mês a mês da carteira de empréstimos da COOPMIL.



TAXA MÉDIA DE SUSTENTABILIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Evidencia qual a taxa média líquida necessária para a COOPMIL se manter somente com as receitas de juros dos empréstimos.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Militares e Servidores da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Militares e Servidores da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Militares e Servidores da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 16 de fevereiro de 2018.

Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC MG75505/0-3

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/0-1



PARECER SOBRE O BALANÇO GERAL DE 2017

Dando cumprimento às disposições contidas no Capítulo VI – Seção V do Estatuto Social, este Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais Militares e Servidores dos Negócios de Segurança Pública do Estado de São Paulo, emite PARECER sobre o Balanço Geral do ano de 2017, baseado nos resultados obtidos nas análises dos Balancezes Mensais do mesmo período.

Todos os itens constantes no Balanço Geral foram analisados pelo Conselho Fiscal.

Foram realizadas fiscalizações nas operações e movimentações da Cooperativa, bem como na contagem de numerários dos Caixas, na Sede Central e na CSC.

Todas as análises procedidas nos Balancezes Mensais foram levadas a efeito, dentro das Normas Técnicas Contábeis, motivo pelo qual este Conselho, com base em tudo que foi apresentado e devidamente fiscalizado, sem qualquer interferência em nosso trabalho, emite PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Balanço Geral no ano de 2017, que será submetido à apreciação dos Senhores Delegados, sem nenhuma restrição.

São Paulo, 10 de abril de 2018

Cap PM Sinvaldo Santos de Oliveira
Coordenador

Cap PM Euclides Oliveira Farias
Relator

Cel PM Ailton Soares
Vogal



Srs. Delegados,

Como fizemos das vezes anteriores, novamente, nos dirigimos aos senhores, para manifestar a satisfação deste Conselho, em razão do trabalho que aqui realizamos, diante de tudo que a Diretoria Executiva da COOPMIL vem administrando no interesse dos cooperados

A Diretoria Executiva, em razão da austeridade e profissionalismo que implantou na evolução da cooperativa, mais uma vez, no ano que se findou, ou seja, em 2017, manteve os ideais do cooperativismo sempre primando pelo bem servir e atendimento excepcional aos cooperados e familiares.

Com esse procedimento, a Diretoria demonstra que a cooperativa está no rumo certo, sendo motivo de elogios por outros Órgãos que trabalham no mesmo segmento, ou seja, do cooperativismo.

No momento em que se aproxima a prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2017, tivemos o cuidado de acompanhar a realização de todos os procedimentos relevantes que foram implantados pela Diretoria, no referido período.

Finalmente, reafirmamos que este Conselho está acompanhando passo a passo na fiscalização de todos os atos realizados pela Diretoria, sem nenhuma interferência externa, o que nos permite emitir parecer favorável à aprovação do Balanço Geral, ora apresentados aos senhores Delegados.

Esperamos continuar merecedores da confiança depositada pelos senhores.

Cap PM Sinvaldo Santos de Oliveira
Coordenador

Cap PM Euclides Oliveira Farias
Relator

Cel PM Ailton Soares
Vogal





A Diretoria Executiva desenvolve estratégias para aprimorar os serviços oferecidos pela cooperativa com base nos resultados e estudos desenvolvidos no ano anterior. Os planos para 2018 têm como objetivo fornecer experiências personalizadas aos nossos cooperados em todos os canais e elevar o grau de eficiência dos processos chaves.

A proposta é fazer com que os procedimentos e as tecnologias envolvidas maximizem as vantagens competitivas.

Transformação Digital

A COOPMIL iniciou o seu programa de Transformação Digital para melhorar o desempenho, expandir os negócios, alcançar novos mercados e potencializar os resultados. Para atender a estratégia, foram adquiridos e serão implantadas novas soluções tecnológicas:

1) Plataforma de Gestão, Colaboração e Produtividade – as soluções ERP Totvs Protheus e Totvs Fluiig reúnem sistemas ágeis, conectados e intuitivos, que facilitam a criação e integração de soluções digitais com mobilidade e computação em nuvem. A plataforma dará maior elasticidade e escalabilidade para a expansão e crescimento da COOPMIL;

2) Plataforma de Experiência do Cliente - a solução Oracle CX Cloud Suite vai diminuir os custos e melhorar o relacionamento, proporcionando uma experiência única e agradável, possibilitando a pesquisa de informações, aquisição de produtos e serviços ou solução de problemas quando, onde desejarem e utilizando qualquer canal de relacionamento.

Manutenção ISO 9001:2015

Em março de 2018, a COOPMIL passou pela segunda auditoria de manutenção ISO 9001:2015 do SCQ (Sistema de Gestão da Qualidade) que traz importantes benefícios, tais como: padronização e organização de documentação e processos internos; foco na melhoria contínua; melhor gestão dos indicadores e metas; visão sistêmica do desempenho da cooperativa e do atendimento das obrigações legais pertinentes; fortalecimento do negócio e da imagem da cooperativa; foco no cliente, atendendo suas necessidades atuais e futuras, seus desejos e suas expectativas.

Jornada de Experiência do Associado (CX)

Com o objetivo de fornecer experiências personalizadas aos nossos cooperados, em todos os canais, a COOPMIL iniciou o projeto de A Jornada de Experiência do Associado, que descreve os passos percorridos antes, durante e depois da compra e utilização de um produto ou serviço. Ao mapear essas etapas, é possível analisar as expectativas do cooperado em cada momento e criar formas de atendê-lo melhor e de surpreendê-lo sempre que possível, garantindo sua satisfação e fidelidade.



Solidariedade é ação coletiva
Estreite o NÓS do
cooperativismo.

Eu, você e a sociedade, toda vez que cooperamos, percebemos como as coisas mudam ao nosso redor. Isso é a força motriz do cooperativismo.

A COOPMIL, em sua trajetória de 28 anos de trabalho e cooperação, orgulha-se de contribuir para uma vida mais plena dos seus associados. Trabalhar imbuído desta filosofia é uma forma de estreitar ainda mais o **Nós**, no lugar do Eu.

Quem coopera se ajuda.

Confira a Unidade COOPMIL mais próxima:

www.coopmil.coop.br - SAC 0800 770 7077

Ouvidoria 0800 725 0996 | 0800 940 0458 (Deficientes auditivos e de fala)

www.ouvidoria.sicoob.com.br

Acompanhe nas
redes sociais:





 coopmil.coop.br

 twitter.com/coopmil

 facebook.com/coopmil

 instagram.com/coopmil_oficial